

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.

O Trabalho no Século XXI.

Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 13 - Trabalho imaterial e suas configurações na “nova economia”

Título do trabalho: **Empreendedorismo individual: formas emergentes de vínculo social pelo trabalho na sociedade do conhecimento**

Autor: **Cinara L. Rosenfield**

Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação de Sociologia, IFCH, UFRGS. Doutorado pela Université Paris IX Dauphine e Pós-Doutorado pela Universidade Técnica de Lisboa. rosenfield@uol.com.br

Empreendedorismo individual: formas emergentes de vínculo social pelo trabalho na sociedade do conhecimento

Cinara L. Rosenfield

O presente estudo debruça-se sobre as configurações emergentes de formas de trabalho e vínculos empregatícios na sociedade do conhecimento. As novas fronteiras do assalariamento impõem a revisão da tradicional representação binária: trabalho assalariado e dependente versus trabalho independente e autônomo. O conhecimento se tornou a principal força produtiva e para mobilizá-lo faz-se necessária uma “mobilização de si” que toma a forma de autoempreendedorismo individual.

Os objetivos são: 1) identificar as configurações emergentes na sociedade do conhecimento de formas de trabalho e vínculos empregatícios; 2) explorar e identificar empiricamente as várias formas de trabalho e emprego existentes sob a forma de empreendedorismo individual; 3) pensá-las à luz de novos conceitos capazes de esclarecer seus significados sociais. As hipóteses que norteiam esta pesquisa são: 1) que o modelo da economia criativa se desdobra também para o trabalho material; 2) o *ethos* da economia criativa, calcada nas mercadorias conhecimento, criatividade, autonomia, se propagou também para o conjunto dos trabalhadores, inclusive aqueles que não integram diretamente a chamada economia criativa.

Empreendedorismo individual: formas emergentes de vínculo social pelo trabalho na sociedade do conhecimento

Cinara L. Rosenfield

O presente estudo encontra-se ainda em andamento e propõe-se a explorar as diferentes formas de trabalhar na sociedade do conhecimento.

O fim da norma "fordista" de trabalho obriga a reflexão sobre as várias formas e diferenciações que assumem o trabalho e emprego. Estas diferenciações encontram-se na origem do embaralhamento das fronteiras salariais e da constituição de uma zona cinzenta relativa às novas relações de trabalho e emprego. Esta zona cinzenta exige tanto a revisão quanto a criação de novos conceitos no âmbito da sociologia do trabalho. O presente estudo debruça-se sobre as configurações emergentes de formas de trabalho e vínculos empregatícios na sociedade do conhecimento. As novas fronteiras do assalariamento impõem a revisão da tradicional representação binária do trabalho, entre trabalho assalariado e dependente de um lado e trabalho independente e autônomo de outro. Estas fronteiras adquirem um caráter movediço e de difícil apreensão. A referência agora é plural e variada: trabalho a domicílio, terceirização, assalariamento mascarado pela figura da "pessoa jurídica", trabalho ocasional, etc.. É possível vislumbrar a chamada "zona cinzenta" (Kesselmann; Azaïs, 2011), relativa às fronteiras das formas de assalariamento e inserção ocupacional.

No contexto da Sociedade do Conhecimento e/ou da Economia Criativa, o conhecimento tornou-se a principal força produtiva. A fim de mobilizar e disponibilizar tanto o conhecimento quanto a criatividade faz-se necessária uma "mobilização total de si" (Pires, 2009), uma vez que se busca apreender aquilo que a pessoa do trabalhador mobiliza fora do trabalho, nas suas vivências cotidianas marcadas pelas relações intersubjetivas.

Esta "mobilização total", porém, esbarra em qualquer forma de subordinação e demanda o autoempreendedorismo e a mobilização de si, de maneira a tornar o trabalhador um empreendedor de si mesmo:

"Portanto, ao substituir o operário-massa da socialdemocracia fordista-keynesianista pela figura do trabalhador individualizado autoempreendedor, o capitalismo contemporâneo pode efetivamente pôr para trabalhar a vida e as pessoas, fazendo inclusive desaparecer a fronteira entre mundo do trabalho e mundo da vida. Não tanto

por estes mobilizarem as mesmas competências e habilidades, mas porque o cálculo econômico e do valor consegue fazer com que o tempo da vida transforme-se por completo. A vida torna-se mercadoria. (Pires, 2009, p. 217).

Esse modelo de autoempresendedorismo, por excelência, refere-se ao trabalho imaterial, contudo ele se desdobra igualmente para o trabalho material, e esta é nossa hipótese. O trabalho material segue os mesmos preceitos organizacionais e morais do trabalho imaterial. O *ethos* da economia criativa, calcada nas mercadorias conhecimento, criatividade, autonomia, se propagou também para o conjunto dos trabalhadores, inclusive os precarizados, sem qualificação e que não integram diretamente a chamada economia criativa.

No âmbito das formas de trabalhar, De Nardin (2011) identifica três tipos de trabalhadores: 1) a massa de hipossuficientes (termo tão caro ao Direito e que eu não adotaria, uma vez que suprime qualquer possibilidade de ação) totalmente dependentes do empregador; 2) os trabalhadores “excluídos” do sistema formal; 3) os trabalhadores altamente qualificados ou tecnicamente competentes que são autônomos e exercem o trabalho mais intelectual característico da sociedade do conhecimento. Propomos aqui incluir um quarto tipo: os autônomos que são prestadores de serviços, os autônomos-empresendedores do trabalho imaterial que não é nem criativo nem fruto de um conhecimento teórico/abstrato.

A prestação de serviço (PS) pode ser realizada tanto pela Pessoa Física (PF) quanto pela Pessoa Jurídica (PJ): “é o contrato mediante o qual um ou mais pessoas comprometem-se a realizar ou mandar realizar uma ou mais tarefas, sob imediata direção do próprio prestador e mediante uma retribuição material especificada” (De Nardin, 2011, p.806). A prestação autônoma pode ser qualificada ou não, referir-se a trabalho material ou imaterial.

Já o contrato de trabalho ou relação de emprego (RE), caracteriza-se pelos seguintes elementos: 1) pessoalidade - só pode ser uma pessoa física; 2) não-eventualidade; 3) dependência ou subordinação – critérios de trabalho estabelecidos pelo empregador e sob sua direção (trabalho subordinado é por conta alheia e trabalho autônomo por conta própria); 4) onerosidade - preço do serviço.

Ficam claras as diferenças entre as duas formas de trabalhar (prestação de serviço autônoma e relação de emprego): 1) a variável subordinação, quem determina quais e o

modo de executar as tarefas; 2) a PS pode ter pessoalidade, o que a aproxima do vínculo empregatício; 3) a PS é autônoma e a RE é subordinada, mas os limites são fugidios (o tomador da prestação de serviços pode sim fornecer diretrizes e formas de controle o que a priori não descaracterizaria a autonomia); 4) a autonomia da PS é colocada em questão pela intensidade e repetição de ordens pelo tomador.

Seguindo De Nardin (2011, p.211), “a total falta de subordinação seria o requisito chave para que a prestação de serviço fosse verdadeira, legítima, segura a ponto de não caracterizar uma relação de emprego”. Na realidade empírica, é possível identificar um embaralhamento das fronteiras entre a prestação de serviço autônoma e a relação de emprego tradicional, o que se caracteriza como “zona cinzenta”: o executivo de TI que é PJ mas trabalha dentro da empresa 100% do seu tempo; o maquinista de vídeo de publicidade e cinema que compra notas fiscais dos colegas para prestar seu serviço; o artista gráfico que se registra como artesão pois não se aceita mais o Recibo de Prestação Autônoma (RPA), e tão somente notas fiscais de um prestador PJ; a educadora que monta uma empresa e vende cursos de pós-graduação para faculdades (que entram só com a chancela do diploma); a costureira de calçado com CNPJ que tem uma máquina de costura e trabalha a domicílio para a empresa terceira ganhando R\$1,20 por calçado; o pedreiro que se torna microempreendedor individual para entrar na formalidade; o trabalhador que emprega familiares em suas cinco máquinas de corte de couro e trabalha para uma empresa terceira da indústria calçadista na completa informalidade, mas com faturamento de pequena empresa. Uns formais, outros informais; uns proprietários dos meios de produção, outros não; uns autônomos, outros completamente subordinados mas empreendedores PJ; uns com inserção virtuosa, outros precários, uns trabalhando criativamente, outros repetitivamente, etc. O que une a todos é o não assalariamento formal e a prestação de serviço autônoma, formal ou informal, conforme o caso.

Dito diferentemente, se nos casos dos trabalhadores autônomos informais, pode-se apontar tratar-se de uma forma de empreendedorismo individual, nos casos de prestação de serviço formalizada, podemos apontar a “pejutização” - ao invés de contrato como prestadores de serviço autônomos, são contratados como pessoas jurídicas -, mas igualmente configura-se em uma forma de empreendedorismo individual. A sociedade do conhecimento pressupõe um modelo de autonomia do trabalhador que se reverte em tornar-se empreendedor de si mesmo. Este modelo se configuraria num *ethos* estendido ao conjunto da sociedade e às várias formas de nela trabalhar?

Assim, os objetivos deste estudo são: 1) identificar as configurações emergentes na sociedade do conhecimento de formas de trabalho e vínculos empregatícios, já que as novas fronteiras do assalariamento impõem a revisão da tradicional representação binária do trabalho, entre trabalho assalariado e dependente de um lado e trabalho independente e autônomo de outro; 2) explorar e identificar empiricamente as várias formas de trabalho e emprego existentes sob a forma de empreendedorismo individual; 3) pensá-las à luz de novos conceitos capazes de esclarecer seus significados sociais.

As hipóteses que norteiam esta pesquisa são: 1) que o modelo da economia criativa se desdobra também para o trabalho material. O trabalho material segue os mesmos preceitos organizacionais e morais do trabalho imaterial; 2) o *ethos* da economia criativa, calcada nas mercadorias conhecimento, criatividade, autonomia, se propagou também para o conjunto dos trabalhadores, inclusive os precarizados, sem qualificação e que não integram diretamente a chamada economia criativa.

Bibliografia

AZAÏS, Christian « Travail et régulations territoriales : une lecture à partir d'expériences française, italienne et brésilienne », *Innovations* 2006/2 - n° 24, pp 115-130, 2006.

AZAÏS, Christian. (ed.). *Labour and employment in a Globalising World: Autonomy, collectives and political dilemmas*, Bruxelles, Peter Lang, 2010.

BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

DE NARDIN, Márcia Rocha . "Empreitada por projeto ou tecnológica". In: HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho, *Relações de trabalho no mundo contemporâneo; ensaios multidisciplinares*, Porto Alegre, UFRGS, 2011.

KESSELMANN, D.; AZAÏS, C..L'évolution des normes d'emploi et nouvelles formes d'inégalités : vers une comparaison des zones grises?. *Working Paper*, 2011, circulação retrita.

MACIEL, Fabrício. "Todo trabalho é digno?; um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica". In: SOUZA. Jessé (org), *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

MARQUES DE LIMA, Francisco Meton. *A prestação de serviço sem vínculo de emprego - lei n. 11.196/05: o retorno ao princípio da autonomia da vontade*.
http://portal.trt22.jus.br/site/arquivos/downloads/revista_2_54506.pdf

PIRES, Vladimir Sibylla. Idéias-força no pós-fordismo e a emergência da economia criativa. Liinc em Revista, v.5, n.2, setembro, 2009, Rio de Janeiro, p.215-230.
<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/304/208>